

## INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

**Tipo**

Artigo – publicado em periódico científico. 27 pp.

**Título:**

ECONOMIA SOLIDÁRIA – a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica.

**Autor:**

Antônio Cruz

**Resumo:**

Ver texto, logo abaixo.

**Referência original:**

CRUZ, Antonio. Economia solidária: a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: Cadernos de Economia (UNOESC), v.Ano 8. Chapecó: Unochapecó, 2004. pp.93-120.

**TÍTULO:**

ECONOMIA SOLIDÁRIA – a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica.

**AUTOR:**

ANTÔNIO CRUZ

Professor pesquisador da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorando em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Participou da formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Unicamp e da UCPel, onde continua atuando como colaborador. É autor de “*A Janela Estilhaçada – a Crise do Discurso do Novo Sindicalismo*” (Petrópolis: Vozes, 2001).

---

**RESUMO:**

A economia solidária existe, de fato? Como ela se caracteriza? Ela é, também, um fenômeno econômico, ou apenas um movimento social? A economia solidária veio para ficar ou é apenas uma resposta tópica às transformações no mundo do trabalho? Enquanto governos e ong's investem na sua expansão, o debate conceitual das ciências sociais estaciona praticamente no marco zero, e, entre os economistas a discussão praticamente inexistente. Este artigo aborda a gênese da economia solidária no Brasil, seus desdobramentos atuais, suas diferenças com a economia social na Europa e as diferentes interpretações que analisam o fenômeno e suas perspectivas históricas.

**PALAVRAS-CHAVE**

Economia solidária, economia social, mercado de trabalho, autogestão.

---

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA – a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica.**

*Antônio Cruz\**

---

## **ABSTRACT**

Solidary Economy in Brazil: does it actually exist? With which characteristics? Is it – also – an economical phenomenon or just a social movement? The Solidary Economy is here to stay or is it only a transitory effect to the labour world transformations? Governments and NGOs are investing on the Solidary Economy expansion meanwhile the Social Sciences conceptual discussion about it does not develop. And – among economists – the discussion practically inexists. This article's purpose is to deal with the genesis of the Solidary Economy in Brazil, its present effects, the differences between Social Economy in Europe and the one we are referring to besides some different interpretations that analyze the phenomenon in itself and its historical perspectives.

## **KEY WORDS**

Solidary Economy, Social Economy, labour market, self management.

---

Uma nova expressão de realidade, ou se quisermos, uma nova categoria teórica vem se impondo nos últimos anos no debate da economia social e do trabalho no Brasil: “economia solidária”. Com poucas exceções, o debate sobre este tema tem sido marcado, infelizmente, por preconceitos e por julgamentos apressados. A produção científica, por outro lado, parece crescer à medida que o tema se torna mais polêmico; mesmo assim as intervenções, de modo geral, continuam tendo um caráter mais ensaístico – como ainda é o caso, inclusive, deste texto – que propriamente empírico.

A situação da discussão entre os economistas contrasta vivamente com seu estado nas ciências sociais, nas quais sociólogos e antropólogos vêm se debruçando sobre o tema, explorando-o sob a perspectiva de suas disciplinas.

---

\* Professor licenciado da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorando em economia aplicada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autor de “*A Janela Estilhaçada – a Crise do Discurso do Novo Sindicalismo*” (Petrópolis: Vozes, 2001).

Entendido por eles como um fenômeno social que circunda um fenômeno econômico, suas análises vêm descrevendo a trama das relações que cercam iniciativas das mais variadas nuances: cooperativas tradicionais ou autogestionárias, empresas de co-gestão e auto-gestão, redes de trocas, associações de produção e comércio, crédito cooperativo, ações de apoio à economia popular (o chamado “Terceiro Setor”), enfim, uma gama variada de formas de organização e ação sociais que originam, no mais das vezes, organizações e ações de caráter econômico.

De outra forma, muitos economistas vêm sendo surpreendidos (às vezes, mesmo, atropelados), fora da academia, pelo tema. De modo geral, nossos pesquisadores estão dispostos a discutir os temas da macroeconomia, tomando em consideração as ferramentas de ajuste e de ação que um poder institucional superior – um Ministério da Fazenda e/ou um Banco Central, por exemplo – podem dispor. Ou, para os pesquisadores da microeconomia, as formas e impactos específicos dos fenômenos econômicos a partir das bases convencionais das empresas capitalistas.

Muitas vezes, porém, ao assumirem postos de direção em níveis inferiores de poder político (em secretarias específicas de prefeituras municipais ou de governos estaduais, por exemplo), estes acadêmicos deparam-se com a missão de produzir políticas de emprego e renda para populações à margem do mercado formal, sem acesso a crédito pelas vias tradicionais, sem capital humano suficientemente acumulado; e este desafio precisa ser enfrentando, no nível do poder local, sem que se disponha dos mecanismos de controle das políticas macroeconômicas. Nessa situação, a chamada economia solidária acaba apresentando-se como um fato dado, às vezes, e/ou como uma alternativa real, em outras<sup>1</sup>.

Isto posto, cabem algumas perguntas – simples – que talvez possam orientar um debate teórico econômico sobre a questão. A primeira delas é saber se existe uma “economia solidária”. O fato de que a expressão exista para designar um fenômeno real, não significa necessariamente que ele seja um fenômeno econômico (talvez caiba perguntar se ele é real, inclusive).

---

<sup>1</sup> CRUZ, Antonio (2002). *“Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária”*. In [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br).

O que seria, afinal, a economia solidária? Ela constitui um fenômeno de caráter econômico ou representa apenas uma espécie de movimento social? Ou ainda: o que se costuma chamar de “economia solidária” tem alguma expressão real no mundo da economia? Isto é: vale a pena gastar tempo e dinheiro de pesquisa em torno de algo que talvez não tenha nenhuma influência? Ou é algo que, se tem alguma significação econômica, não produz efeitos distintos das outras formas de iniciativas econômicas?

É possível argüir-se, ainda, que a economia solidária, se existe e se tem alguma significação real, diferente de outras iniciativas, apresenta-se como fenômeno passageiro, circunstancial, resultante de desmonte do Estado, que se combina a uma reestruturação produtiva marcada pela desregulamentação dos mercados de trabalho e, portanto, inscreve-se num tempo e lugar finitos, do aqui e agora, sem perspectiva histórica de passado ou futuro. E, nesse caso, quem dele se ocupa apenas produz registros para a história econômica, deixando de lado questões verdadeiramente relevantes acerca de nossos problemas atuais.

A tese que defenderemos aqui está assentada nas seguintes idéias:

- 1) a economia solidária existe, ainda que mal precisada (o que é resultado, aliás, do escasso debate travado pelos economistas);
- 2) suas iniciativas possuem elementos sociais, políticos e econômicos que as diferenciam das formas convencionais de iniciativa empresarial<sup>2</sup> e podem produzir, se alcançarem uma escala significativa, efeitos igualmente diferenciados sobre o conjunto da economia;
- 3) mesmo quando classificadas a partir de um conceito mais restrito, as iniciativas de economia solidária já possuem um peso específico na produção e circulação de bens e serviços e que, embora ainda pequeno, vem

---

<sup>2</sup> No devir deste trabalho, chamaremos de “empresas convencionais” às firmas capitalistas, de qualquer tamanho, que se estruturam a partir das formas tradicionais de empreendimento econômico sob este sistema social, a saber: propriedade privada dos meios de produção ou de prestação de serviço, heterogestão (em oposição à autogestão, é a gestão empresarial caracterizada pela existência de hierarquias mais ou menos rígidas de controle da empresa) e em que predominam as relações de trabalho assalariadas. As chamadas “micro empresas” (individuais ou familiares) serão também assim consideradas, partindo-se do pressuposto de que – por definição apenas, mas que em geral ocorre de fato – seu crescimento econômico tende a incorporar as características das demais empresas convencionais.

apresentando uma tendência de aumento e de consolidação em virtude das condições históricas atuais;

- 4) o debate sobre o tema, atualmente, está fora de foco e isto é resultado do fato de que a opinião tem predominado sobre a pesquisa, o que por sua vez resulta do fato de que o tema tem implicações políticas e sociais importantes.

### **Economia social e economia solidária – dois conceitos e poucos consensos.**

Algumas recentes publicações sobre o tema (veja a bibliografia) vêm se caracterizando por uma persistente negação à construção conceitual da economia solidária. Em outras palavras, dada a aparente fluidez do objeto ao qual se acercam, estas posições evitam “fechar” uma categorização que possa, eventualmente, apresentar-se com um *déficit conceitual* em relação ao objeto.

As publicações sobre a economia solidária descrevem de forma muito clara iniciativas que são semelhantes sob certos aspectos, mas que quando comparadas aos empreendimentos econômicos convencionais, representam um conjunto distinto – ainda que disperso e heterogêneo – de iniciativas que, por motivos nem sempre esclarecidos pelos autores, são classificadas como “iniciativas de economia solidária”. Tomemos, por exemplo, uma obra publicada há poucos anos (SINGER e SOUZA: 2000) e que apresenta um painel amplo e muito interessante sobre tipos de iniciativas que se vinculam ao tema enfocado. Ali são descritas empresas de produção e de serviços organizadas sob forma cooperativa ou autogestionária, cooperativas de assentados da reforma agrária, experiências de micro-crédito e crédito cooperativo, instituições de apoio e fomento às iniciativas (como incubadoras de cooperativas populares), iniciativas de caráter estatal-governamental, redes de produção e de trocas entre iniciativas, cooperativas de consumo, empresas orientadas por princípios de confissão moral e/ou religiosa...

Por outro lado, mesmo diante de um debate tão incipiente, um conjunto importante de iniciativas governamentais e não-governamentais insinuam sua relação, de forma expressa, com a economia solidária. É o caso da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade do Município de São Paulo

(criada na gestão Marta Suplicy), dirigida por Márcio Pochmann, a exemplo de uma política mais antiga levada a cabo em Santo André, no grande ABC. No Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento funcionou com uma “Coordenação de Economia Popular e Solidária” (GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL: 1999), que, entre outras iniciativas, desenvolveu um convênio amplo de parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG).

Há alguns anos atrás, a FINEP havia financiado um projeto – então inédito – de extensão universitária, que culminou com a criação da Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares<sup>3</sup>, a qual articula programas de uma vintena de universidades brasileiras<sup>4</sup> (GUIMARÃES: 2000).

Em 1999, a principal central sindical brasileira, a CUT, criou, junto com o Dieese e a Fundação Unitrabalho, a Agência de Desenvolvimento Solidário, uma ONG coordenada por uma equipe em que figuram alguns dos principais dirigentes da CUT e que pretende fomentar e articular iniciativas de economia solidária.

Além disso, a Cáritas do Brasil, vinculada à CNBB, tem desenvolvido projetos na área da economia solidária. No último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso (2002) o Projeto Brasil-Empreendedor, articulado entre o Governo Federal e o SEBRAE definiu que sua Etapa III (2001) seria destinada a dar suporte às cooperativas populares.

E o governo Lula, por sua vez, faz funcionar atualmente a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e dirigida por, nada menos, que Paul Singer, talvez o economista mais histórico do Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>3</sup> O projeto era da ordem de R\$ 1,8 milhão de reais em dois anos e destinava-se a financiar projetos de incubação e pesquisa sobre cooperativas populares e economia solidária. O PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas –, como foi chamado, está sendo re-editado em 2004.

<sup>4</sup> Já existem 20 universidades com incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em funcionamento no Brasil, hoje. Ver CRUZ, Antonio (2004). “*Diferentes metodologias das incubadoras universitárias de cooperativas populares no Brasil*”. Comunicação ao III Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo – Promoção: Regional Américas da Aliança Cooperativa Internacional. São Leopoldo: mídia eletrônica.

Enfim, queremos chamar a atenção para o fato de que há um hiato entre a quantidade de ações propostas por agentes institucionais – tão díspares quanto estes que indicamos – e a ausência de (1) um marco conceitual comum para a economia solidária (bem como jurídico) e (2) uma sistematização de pesquisas que permitam avançar consistentemente sobre o tema. E isto, quando tantos e tão importantes agentes sociais articulam-se em iniciativas que contornam nosso objeto e que o nomeiam expressamente...

Apenas como ilustração, numa outra de nossas pesquisas<sup>5</sup>, numa região que engloba quase metade de um dos estados em que a economia solidária ganhou o caráter de política pública de geração de emprego e renda, menos de 20% dos atores sociais que de alguma forma deveriam lidar com a economia solidária (órgãos de secretarias ligadas à área econômica, como agricultura ou desenvolvimento, instituições de pesquisa como a Embrapa e universidades, entidades sindicais ou empresariais, bancos estatais ou de crédito cooperativo, etc.) têm alguma definição de economia solidária, sendo que mais de 80% dos atores não soube expressar qualquer noção mais acabada.

Se observarmos atentamente o rol de iniciativas estudadas pela bibliografia existente, perceberemos que ela tende a submeter a um mesmo conceito três ordens diversas de ação social, a saber:

- (1) as formas associativas tradicionais de produção e de consumo – as cooperativas, orientadas pelo e para o mercado, inclusive no tocante às relações típicas do mercado de trabalho, de propriedade e de relação de trabalho internas;
- (2) as formas de apoio e fomento às iniciativas de produção e consumo associativas, como agências de crédito ou de formação técnica;
- (3) experiências de um novo tipo que associam, ao mesmo tempo e em maior ou menor grau e ênfase, os seguintes elementos: a) representam ações de resistência ao desemprego e à precariedade do trabalho, b) a

---

<sup>5</sup> CRUZ, Antonio e SILVA, Gabriela Scur. *“Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária – um estudo de caso: a Metade Sul do Rio Grande do Sul”*. Pelotas: arquivo eletrônico, 2001.

propriedade, o trabalho e seus resultados são compartilhados entre os trabalhadores, c) gestão participativa e d) inserção no mercado submetida a princípios éticos “mais ou menos igualitários” nas relações internas de trabalho (SINGER e SOUZA: 2000; DAL RI: 1999; ANTEAG: 2000).

Convém frisar, entretanto, que esta “classificação”, que *grosso modo* acabamos de realizar, não é aleatória ou idealizada: a observação empírica e a leitura atenta das pesquisas sociais publicadas é que nos indicam essas diferenças. É a diferença entre, por exemplo, cooperativas em que os assalariados constituem um número expressivo de trabalhadores/produtores e aquelas em que o trabalho assalariado inexistente; entre formas associativas de produção (cooperativas ou não) em que um organismo gestor tem poder de decisão sobre os contratos de trabalho e/ou de associação e/ou de repartição do produto, e aquelas em que tais assuntos são discutidos em assembleia aberta em que cada trabalhador ou produtor possui um voto; entre formas associativas em que a propriedade patrimonial e/ou controle da produção está nas mãos de alguns proprietários ou sócios, e aquelas em que é compartilhada pelo conjunto dos que trabalham na iniciativa.

Porém, a confusão conceitual não opera apenas no âmbito do debate acadêmico, mas dos próprios atores: tanto a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) ligada ao MST, quanto as mega-cooperativas vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil reivindicam-se como parte da economia solidária, ainda que seus princípios de ação, organização e inserção econômica sejam totalmente distintos, umas em relação às outras.

Então, a relação entre os conceitos de “economia social”, “economia popular” e “economia solidária” se torna complexa, já que muitas vezes os investigadores utilizam indistintamente esses conceitos em relação a objetos que se confundem em suas caracterizações, fato que produz problemas de caráter investigativo os quais podem derivar, quando de seu uso aplicado, em problemas de ordem político-econômica. Um bom exemplo sobre isto são as políticas de crédito governamental para as cooperativas, cujo objetivo em boa parte das vezes é fomentar o desenvolvimento de iniciativas associativas de caráter popular e que acabam

alimentando processos de capitalização de grandes “empresas cooperativas”, em que predomina o trabalho assalariado e o controle restrito e hierarquizado da gestão.

Uma vez que o objetivo deste trabalho não é realizar uma discussão conceitual acerca desses temas, mas tão somente procurar demonstrar a necessidade de abrir uma frente de investigação em relação a um dado fenômeno econômico, nós nos restringiremos aqui, apenas, a demarcá-lo de forma compreensível.

### **Uma gênese específica**

Como se sabe, as formas associativas de produção econômica, a rigor, existem desde muito antes das formas de apropriação individual sobre o produto do trabalho ou sobre seus instrumentos. Ainda que modos de produção muito diferentes tenham dominado cenários históricos distintos, em suas formações sociais específicas coexistiam modos de produção que não ocupavam papel preponderante nas relações sociais. Comunas camponesas, por exemplo, sobreviveram – em todo mundo – ao escravismo, ao feudalismo e mesmo ao capitalismo. Na extinta União Soviética, elas precisaram ser dissolvidas à força pela política de “coletivização forçada” imposta pelo Estado nos anos 30, para a construção do “socialismo” de Estado.

Entretanto, dadas as diversas formas específicas como se caracterizaram as economias dos estados-nação sob o capitalismo – predominantemente urbanas e industriais, com a supressão das diferenças legais de estatuto social entre classes sociais e com o emprego intensivo no conhecimento técnico-científico em todas as áreas da atuação humana (incluiremos aí também as gestões micro e macro-econômicas) – podemos dizer, evocando o velho Marx, que o capitalismo foi o primeiro dos modos de produção a separar o produtor de seu produto no próprio ato de produção, ou dizendo em outras palavras: nenhum dos elementos de mediação entre produtor e natureza (matérias-primas, ferramentas ou produto final) pertencem normalmente ao produtor “de fato” e o seu produto apenas em raríssimas ocasiões é produzido para seu próprio consumo.

Mesmo assim, em meio ao nascimento do capitalismo concorrencial na Europa e EUA do século XIX, formas de produção associativa foram engendradas a partir da luta política dos trabalhadores, fosse através dos sindicatos, de organizações partidárias ou simplesmente das “cooperativistas” (ANTONI: 1997; ARVON: 1980).

Das experiências realizadas, e dos escritos de Proudhon, Fourier, Owen, bem como de outros militantes do socialismo associativista, brotaram formas de produção marcadas por um caráter ético igualitarista e um posicionamento político anti-capitalista. Essas experiências, iniciadas num período de nascimento da sociedade industrial, foram mais tarde legalizadas e mesmo incentivadas à medida que as políticas econômicas dos estados democráticos se moldaram às exigências sociais de uma classe trabalhadora cada vez mais organizada, politizada e, sobretudo ... votante.

Assim como os sindicatos, as cooperativas – na Europa e nos EUA – tiveram de lutar arduamente para sobreviverem e crescerem durante o período conturbado do capitalismo monopolista da primeira metade do século XX, sob o ataque de empresas e de governos liberais. E assim, também, foram incorporadas e protegidas pelo Estado durante a vigência do *welfare-state* no pós-II Guerra, num regime sob o qual, em maior ou menor grau, seus dirigentes participavam com a condição de atores privilegiados. No Brasil – ainda que não tenha sido assim em toda América Latina – ao contrário, tanto os sindicatos quanto as cooperativas autônomas foram alvo do combate acirrado das políticas do Estado, até serem definitivamente enquadrados legalmente e colocados sob a tutela de um Estado que se identificava com os interesses dos proprietários de terras, indústrias e bancos.

O “novo associativismo” dos anos 1980/90 na América Latina, independente desta trajetória anterior (mais regulada ou menos regulada a partir do Estado) parece surgir sob o signo da decomposição desse padrão anterior, que por sua vez também não é muito distinto do padrão europeu.

Na Europa, enquanto o ataque ao *welfare-state* foi parcialmente contido pela pressão das demandas sociais, que se confrontaram com políticas econômicas liberais cada vez mais hegemônicas e ousadas, o recurso à produção associada assumiu um caráter organizado, articulado a alternativas de mercado, estruturado

sobre uma base social atingida pela crise econômica, mas educada sob as noções de cidadania e consumo desenvolvidas pelo padrão do *welfare* (ANTONI: 1997, MONNIER e THIRY: 1997). Tais iniciativas, portanto, acabam brotando em meio a uma sociedade que resiste à desregulamentação e que é caudatária de uma longa tradição de partidos e organizações de trabalhadores. Não é à toa que a “Economia Social”, conforme a definem alguns de seus estudiosos na França, Espanha e Itália, nasce nos interstícios entre o público e o privado (em outras palavras: é o “privado-associativo, apoiado pelo público”), nas regiões de maior tradição do movimento operário e, em boa parte das vezes, onde administrações públicas resistentes ao novo padrão de (des)regulação procuravam alternativas de ação em meio às pressões hegemônicas.

No Brasil e em outros países da América Latina (Argentina, Uruguai e Colômbia, notadamente), a gênese é bem outra: as experiências associativas dos anos 1980/90 nascem diretamente da auto-organização, no mais das vezes produzida de forma empirista, por sujeitos sociais cujos estratos não são caudatários de tradições de luta operária de tipo tradicional<sup>6</sup> ou de proteção estatal às suas iniciativas, e que no mais das vezes, foram levados à produção associada pelo estreitamento combinado dos mercados formal e informal de trabalho. Enfim, mesmo quando estas iniciativas conseguiram contar com o apoio restrito de setores organizados da sociedade, suas iniciativas foram, antes de qualquer outra coisa, resultantes da luta desesperada e coletiva pela sobrevivência, mais que uma saída estudada e planejada à luz da experiência histórica.

Tomemos o exemplo de três tipos distintos de experiências que parecem se haver conformado nos anos 90 com uma certa uniformidade na maneira de vivenciar e de refletir os processos históricos e que levaram diferentes atores a se organizarem economicamente com as características que já atribuímos às “formas associativas de novo tipo”.

A primeira delas foi o resultado de um rápido acúmulo de experiências de assentamentos rurais realizadas pelo MST durante a década de 80 e que levou à

---

<sup>6</sup> Salvo no caso das indústrias “recuperadas”, autogestionárias, originadas dos processos de falência de fábricas convencionais. Em geral, esses processos são iniciados pela ação sindical que visa recuperar os postos de trabalho perdidos.

construção de um modelo definitivo de assentamento adotado pelo movimento. À medida que algumas poucas propriedades foram desapropriadas para a reforma agrária, iniciou-se uma aguerrida “vigilância política” pela mídia e pelos setores sociais dominantes sobre o destino econômico dos assentamentos. Tratava-se de uma luta simbólica entre “aquilo que dá certo” e “aquilo que não dá certo”, ou seja, da viabilidade e da eficácia econômica e social da reforma agrária, que opunha seus defensores e detratores. Algumas poucas experiências bastaram ao MST para perceber que o modelo de assentamento que fragmentava a produção em lotes individuais (familiares) levava os agricultores a retornar ao começo de tudo: inviáveis economicamente em meio a uma agricultura organizada de acordo com o modelo da empresa rural, os lotes (minifúndios) estavam logo propensos à insolvência. A estruturação de “associações de produção” (no início) derivou para a formação de cooperativas, a fim de permitir o acesso facilitado a linhas de custeio, iniciativas de industrialização e comercialização de produtos etc. Entretanto, o modelo das cooperativas tradicionais foi combatido e criticado desde o início no interior do MST, o que levou as cooperativas da CONCRAB<sup>7</sup> a se organizarem a partir dos princípios do que podemos chamar de “iniciativas econômicas associativas de novo tipo”.

Uma segunda experiência que se firma ao longo dos anos 90, no Brasil, é aquela representada pelo que alguns chegaram a chamar de “assentamentos urbanos” ou “assentamentos industriais”. Trata-se de algumas experiências que guardam entre si muitas similitudes em suas trajetórias, que são representadas por episódios em diferentes regiões do país, e que podem ser descritas mais ou menos pela seguinte história comum: uma empresa convencional de pequeno, médio ou grande porte (existem exemplos de todo tipo) vai à falência e seu(s) proprietário(s) encerra(m) as atividades com um passivo trabalhista correspondente a um valor maior que o patrimônio da empresa. Entre perder os empregos e ainda por cima não receber seus créditos, os trabalhadores optam por uma luta política, social e jurídica pelo controle da massa falida e pela possibilidade de reabertura dos postos de trabalho prestes a serem eliminados; depois de longas lutas, que geralmente envolvem toda a comunidade em que se insere a empresa, os trabalhadores obtêm sucesso e

---

<sup>7</sup> Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. [www.mst.org.br/concrab](http://www.mst.org.br/concrab).

reabrem o negócio, quase sempre em condições muito precárias. Em 1994, algumas dessas empresas se reuniram na Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG)<sup>8</sup>. A maior parte dessas empresas estrutura-se juridicamente como cooperativa, embora outras tenham optado pelo modelo de participação acionária, em geral controlada por uma associação civil (“associação de trabalhadores da empresa ‘tal’”) e que se organizam sob os princípios das “iniciativas econômicas associativas de novo tipo”.

A terceira experiência vem de iniciativas que resultaram indiretamente de ações de caráter assistencial, como aquelas surgidas a partir da ação dos comitês da cidadania contra a fome (“Campanha do Betinho”) ou da Cáritas Brasileira e de muitas ONG’s que trabalham com populações marginalizadas. De forma geral, as discussões que alguns desses grupos organizaram com comunidades que eram atendidas pelo seu trabalho fizeram surgir iniciativas econômicas alocadas em ramos pouco disputados do mercado até então: serviços gerais, coleta e reciclagem de lixo, atendimento à demanda por serviços tercerizados. As iniciativas apoiadas pela Cáritas, surgiram – em certa medida – do insucesso parcial de micro-iniciativas empresariais individuais ou familiares financiadas por recursos doados pela Igreja Católica da Europa, mas que, por força das estruturas de mercado no Brasil, não conseguiram se viabilizar<sup>9</sup>.

É a partir dessas experiências, e do debate travado até aqui, que podemos tentar construir alguma categorização que nos permita esboçar a noção que buscamos. O quadro sintético apresentado abaixo procura, de alguma maneira, identificar as diferenças entre “empresas convencionais” e “iniciativas de economia solidária”, eis que toma, como parâmetro, fundamentalmente, as formas de estruturação observadas nestas “iniciativas econômicas associativas de novo tipo”.

---

<sup>8</sup> [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br).

<sup>9</sup> Fundamentalmente foi o caso do PAC – Programas Alternativos Comunitários. Alguns empreendimentos lograram sobreviver, mas estudos de avaliação realizados pela Cáritas demonstraram que a maioria dos casos de sucesso estavam relacionados a formas distintas de associação entre empreendimentos. Daí a idéia de reuni-los em associações ou cooperativas.

**QUADRO 1 – Sinopse comparativa entre “empresas convencionais” e “iniciativas de economia solidária”.**

	<b>Empresa convencional</b>	<b>Iniciativa econômica de novo tipo (solidária)</b>
<b>Forma de propriedade</b>	Separação entre produtores diretos e proprietários.	Os produtores diretos são os proprietários.
<b>Divisão do trabalho (concepção e execução)</b>	Separação das funções, sobretudo em relação às decisões-chave.	Indistinção entre agentes de concepção e execução.
<b>Relações de trabalho</b>	Remuneração do trabalho através de salário ou contratação precária de serviços.	Distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado.
<b>Hierarquias</b>	Decisões vinculadas à propriedade: alienação dos produtores	Decisões vinculadas à propriedade-trabalho: implicação direta dos trabalhadores-produtores.
<b>Fator produtivo determinante</b>	Capital.	Trabalho.
<b>Controle das tecnologias e do conhecimento</b>	Submetido ao sistema de hierarquias.	Tensões e sínteses conflitivas em torno propriedade e fluxo das informações
<b>Fator empreendedorista principal<sup>10</sup></b>	Defesa de níveis de vida anteriores, busca de lucros e auto-realização individual pela competição.	Defesa do emprego, sobrevivência econômica e identidade grupal.

Do ponto de vista quantitativo, por outro lado, podemos estimar que a economia solidária responde, hoje, pela viabilização de aproximadamente 1% dos postos de trabalho no Brasil. A tabela a seguir procura ilustrar os dados que nos levam a esta análise:

<sup>10</sup> Um esclarecimento importante sobre esta questão me proporcionou o instigante texto de BACIC, Miguel Juan, BALDEÓN, Nguyen Tufino e ALMEIDA, Camila (2004).

Tabela 1 – Estimativa da PEA vinculada a iniciativas de economia solidária

<b>Tipo de empreendimento</b>	<b>Observações explicativas</b>	<b>Postos de trabalho estimados</b>
<b>“Empresas recuperadas”</b>	Empresas que faliram e foram assumidas pelos trabalhadores – aproximadamente 300 empresas, segundo dados da ANTEAG	45.000
<b>“Cooperativas da Reforma Agrária” (CONCRAB)</b>	Cooperativas rurais organizadas nos assentamentos assistidos pelo MST – 86 cooperativas, reunindo 60 mil famílias.	180.000
<b>Cooperativas populares assistidas pelas ITCP’s</b>	Cooperativas apoiadas pela Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares	11.500
<b>Cooperativas autogestionárias vinculadas à OCB</b>	A Organização das Cooperativas do Brasil registra 5 milhões de cooperados nas empresas à ela afiliadas. Estimaremos aqui que apenas 10% desses cooperados se organizam de acordo com os princípios da economia solidária.	500.000
<b>Associações informais de produção e consumo</b>	Dados sem estimação	
	<b>TOTAL</b>	<b>736.500</b>
<i>PEA Brasil (dados IBGE)</i>	Aproximadamente	78 milhões
<i>PEA ocupada – 86,5%</i>	Aproximadamente	67 milhões
<i>Econ. Solidária / PEA</i>	Estimativa	0,94%
<i>Econ. Solidária / PEA ocupada</i>	Estimativa	1,10 %

Não poderemos nos deter aqui, infelizmente, nas experiências de outros países, embora talvez fosse particularmente interessante analisar as experiências da “Red Global de Trueques” da Província de Buenos Aires, na Argentina, surgida mais ou

menos da mesma forma (CORAGGIO: 1997; 1998) e que soçobrou com a crise de 2001/2002 ou das transformações operadas na COLACOT (Confederación Laboral de Cooperativas de Trabajo) da Colômbia. Ou ainda a vasta experiência cooperativa do Uruguai, onde a economia social e o cooperativismo têm – há tempo – um peso econômico fundamental.

O que importa é perceber que, talvez mesmo sem a plena consciência daqueles que “dão nome às coisas”, o termo “economia social” nos parece mais apropriado para descrever um fenômeno mais tipicamente europeu, assim como a expressão “economia solidária” parece ter muito de significativo a respeito de sua gênese na América Latina; isto é, a partir de formas anteriores de associação sócio-política, já que a maioria desses empreendimentos nasceu a partir de ações lideradas por militantes originados de lutas sociais desenvolvidas por atores coletivos anteriormente presentes no cenário político e social – MST, sindicatos, igreja progressista, movimento comunitário, ONG’s, programas universitários etc.

O fato de que diferentes experiências adquiriram formas organizacionais semelhantes em seu resultado histórico nos permite perceber a existência de homogeneidades relativas da base social que as conformam. O associativismo autogestionário (nuançado em cada tipo e em cada experiência) deriva da forma de construção (solidária) realizada na luta política e social direta que deu origem às iniciativas e/ou no fracasso de experiências individuais: trabalhadores rurais sem-terra, operários em risco eminente de perderem seus empregos, trabalhadores pobres organizados em torno de movimentos populares comunitários etc.

Assim, ainda que na maioria das vezes suas lideranças sejam oriundas de movimentos sociais contestatórios, é preciso frisar por outro lado que, ao contrário de se construírem como alternativas anticapitalistas, assim pensadas ou planejadas, seus sujeitos – a grande maioria das pessoas que delas participam – têm procurado apenas sua re-inserção no mercado capitalista, em busca de uma condição social perdida ou jamais alcançada, de consumidor/cidadão. Mesmo assim é importante ressaltar: isto é consequência de suas trajetórias como trabalhadores marginais ao mercado de trabalho, e não uma causa ideológica e de opção “utópica” como na maioria dos atores da economia social na Europa.

## **Teorizações sobre um fenômeno econômico**

Se a economia solidária apresenta-se como um fenômeno social que deriva da crise econômica, de um lado, e das experiências associativas reivindicativas de outro lado, resta-nos perguntar se a proliferação das iniciativas de economia solidária pode produzir sobre o conjunto da economia capitalista, em nossas condições específicas de tempo e lugar, algum efeito econômico significativo, ou se, ao contrário, suas histórias e estruturas distintas não produzem diferenças significativas na economia, uma vez que seus produtos e serviços são trocados no mercado como os de qualquer empresa capitalista convencional.

Sob esta perspectiva, o grau de determinação da eficácia econômica das iniciativas está vinculado, de um lado, às condições macroeconômicas do mercado em que operam – o que lhes coloca em condições idênticas às de outras iniciativas que se tentam viabilizar – e às suas condições microeconômicas de operar em um mercado de concorrência oligopólica (PENROSE: 1962; PIORE & SABEL: 1984). Entretanto, a carência de investigações neste campo ainda nos impede de poder apontar, com alguma consistência empírica, o “estado das artes” em relação a este tema<sup>11</sup>.

No estado atual da discussão econômica – em que nem mesmo o conceito goza de algum consenso estabelecido –, as pesquisas realizadas apresentam um caráter pouco esclarecedor. De modo geral, há dois tipos de pesquisa em andamento: as de caráter sociológico, como já citado, ou pesquisas instrumentais atinentes à micro-economia aplicada dos empreendimentos e sua administração: alternativas de produção, de acesso à crédito, de comercialização, de metodologia para estudos de viabilidade etc.

As pesquisas de tipo censitário, igualmente, carecem da discussão conceitual. A pesquisa que realizamos anteriormente, por exemplo, cobria apenas seis municípios (os mais importantes economicamente) da Metade Sul do Rio Grande do Sul, e,

---

<sup>11</sup> Esperamos que a investigação que estamos desenvolvendo neste momento em quatro cidades do Mercosul (São Paulo, Porto Alegre, Buenos Aires e Montevideo) com vistas a nossa tese de doutorado nos permita, em breve, uma análise mais acurada sobre este tema.

mesmo assim, identificou 139 possíveis iniciativas de economia solidária. Pesquisa semelhante realizada no município de São Paulo, com uma população quinze vezes maior que o outro universo e com uma mobilização social muito mais intensa, identificou apenas 41 iniciativas (SINGER e SOUZA: 2000). Ou seja, há certamente alguma discrepância conceitual ou metodológica muito forte...

Do ponto de vista estatístico, portanto, medir o impacto da economia solidária sobre a economia nacional é impossível com os dados atuais e no estado atual do debate. É possível, porém, estimarmos esse impacto como bastante pequeno, dada a falta de tradição associativa e/ou comunitária no Brasil, se comparado, por exemplo, ao estado do Quebec, no Canadá, onde 20% da população participa de alguma forma de produção ou consumo associado, ou ainda, se compararmos a presença do cooperativismo tradicional no Brasil com as iniciativas de economia solidária.

Por outro lado, não se trata apenas de captar o fenômeno em sua situação atual, mas prospectar sua tendência. Daí a importância que reputamos à análise que se possa fazer da crise contemporânea. Pois se a economia solidária encontra sua gênese no estreitamento do mercado de trabalho, suas possibilidades de expansão estão condicionadas duplamente: pelos ritmos e características da crise, de um lado, e – por outro lado – por suas perspectivas históricas em representar uma alternativa real para aqueles que buscam escapar à crise através dessas iniciativas de novo tipo.

O caráter da relação entre as iniciativas e o mercado de trabalho pode ter respostas e lógicas distintas. Se a crise é tomada como conjuntural (cíclica), é de se esperar que o fenômeno da economia solidária tenha vida curta: a reentrada da economia num padrão estável que absorva a mão-de-obra excedente tenderá a esvaziar o fenômeno, sem maiores repercussões. Entretanto, nem mesmo os economistas que apostavam nesta trajetória do mercado de trabalho no início dos anos 90 continuam sustentando tal posição. A persistência de curvas ascendentes dos índices de desemprego mesmo sob condições de estabilidade monetária, e a queda insignificante do desemprego, mesmo após a desvalorização do Real, acabou afastando-os de suas posições persistentemente defendidas até há pouco.

Restam, então, os críticos da política de desregulamentação do mercado de trabalho, que, por sua vez, também não são unânimes em relação à crise, nem às perspectivas da economia solidária. Embora a premência de espaço, tentaremos sintetizar, de forma sumária, as posições expressas num debate ainda não formalizado entre uma possível análise de orientação keynesiana e outra possível análise de orientação marxista. Vejamos.

Se tomarmos a situação atual do mercado de trabalho como um desajuste oriundo de políticas macroeconômicas equivocadas, ou ainda, a partir das críticas keynesianas à nova onda liberal, podemos deduzir que a economia solidária aparece como uma resposta temporária a um desequilíbrio do mercado de trabalho, ocasionada pela falta de políticas públicas de proteção ao emprego, de compensação social e de distribuição de renda. Neste caso, a economia solidária poderia ser compreendida como uma alternativa de organização da produção e do consumo das camadas pauperizadas da população (ou como uma alternativa legítima de organização das relações de trabalho).

De qualquer forma, persistindo neste caso o esquema atual de reprodução do capital, baseado exclusivamente na relação investimento & poupança dos agentes de mercado, sem políticas anticíclicas de fôlego por parte do Estado, o resultado disso – a médio e longo prazo, e sob esta perspectiva teórica – será um aprofundamento progressivo do desemprego e da exclusão.

Por outro lado, através de uma política emergencial de apoio às iniciativas, por parte de níveis de poder local, por exemplo, a economia solidária poderia representar uma alternativa de acesso ao emprego e à renda, por parte desses setores, sobretudo em função de uma ampliação (no curto prazo, ao menos) da capacidade de consumo de uma faixa de população excluída, desde que os produtos e serviços das iniciativas de economia solidária obtivessem realização comercial.

O fundamental é que, aqui, não há (não haveria) diferença básica entre formas tradicionais de micro-empresas, produção informal ou economia solidária. O resultado de seus esforços para a economia nacional estaria limitado à eficácia de suas inserções no mercado. A tentativa de organizar redes paralelas de trocas, que

parece ser uma tendência “intuitiva” dos agentes nas primeiras experiências tenderá, no médio prazo, a reproduzir os desequilíbrios típicos das estruturas de mercado tradicional: possibilidades variadas de desequilíbrio entre demanda e oferta, problemas de circulação e de “moeda de troca” etc. A economia solidária funciona, nesses casos mal sucedidos, como um “mercado complementar paralelo e temporário” (e por que não dizer, precário) de trabalho e de bens de consumo e serviços.

Deste ponto de vista estritamente keynesiano, os efeitos de uma ampliação dos gastos públicos e a potencialização de grandes unidades produtivas capazes de operar em escala suficiente para competir a nível global teria efeitos muito mais rápidos e permanentes sobre o mercado de trabalho. Esta tem sido, de maneira geral, a defesa teórica de importantes economistas brasileiros, notadamente organizados em torno dos institutos de economia da Unicamp e UFRJ.

Ao contrário dessas posições anteriores, os argumentos mais propensos à defesa da economia solidária partem de uma análise da crise que combina elementos teóricos keynesianos e marxistas. Essa perspectiva localiza os elementos de gênese da economia solidária em pontos de estrangulamento conjunturais (desregulamentação, opção pela inserção subordinada da economia nacional na globalização, falta de planejamento e coordenação econômica aliada à escassez em investimentos de pesquisa e tecnologia etc.) e estruturais (desemprego estrutural em função da concentração e centralização do capital, aumento da composição orgânica do capital em favor de necessidades crescentes de investimento em maquinário e tecnologia, tendência continuada de aumento das contradições entre a acumulação ampliada do capital e as necessidades sociais e de preservação do ambiente etc.).

Sob essa outra perspectiva, o grau de contradição entre o desenvolvimento atual das forças produtivas e as relações sociais de produção aponta para uma crise prolongada e recorrente do sistema capitalista, com um aprofundamento crescente e perverso da concentração da riqueza e da exclusão social. Isto é, estaríamos agora diante de uma crise estrutural que exigiria reformas de fôlego no sistema para sua superação “por dentro” (por exemplo: uma equalização dos custos dos fatores de

produção em escala global e uma re-edição igualmente globalizada do modelo do Estado de Bem-Estar...).

Por outro lado, ao engendrar relações sociais de produção não-capitalistas, a economia solidária (e outras formas de iniciativa econômica inspiradas fora da lógica propriamente dita da acumulação capitalista) estaria conformando o embrião histórico de um novo modo de produção, ainda dentro da formação social capitalista, cuja expansão, gerada pelo próprio aprofundamento da crise, levaria ambos os sistemas, no longo prazo, a uma transfiguração da formação social atual, isto é, da combinação presente de distintos modos de produção articulados em torno do mercado capitalista, para uma nova formação social, organizada em torno de formas não-capitalistas de produção (SINGER e SOUSA: 2000).

Uma terceira abordagem possível, também de caráter marxista, mas menos detida nos processos econômicos que nas relações políticas que caracterizam a sociedade capitalista, aponta para os limites históricos estruturais e superestruturais da expansão da economia solidária.

Esta análise, mesmo compreendendo a crise a partir de elementos teóricos muito semelhantes à tese anterior, chama a atenção para duas contradições elementares da economia solidária como pretensa embrião de um novo modo de produção, a saber:

- a. ao submeter-se às regras do mercado capitalista, ao buscar a inserção de seus partícipes no sistema de produção/consumo vigente, os elementos anti-capitalistas (ou “solidários”) diluem-se na competição típica das unidades de produção que precisam disputar mercados para a realização de seus produtos; o resultado é o retorno da reificação do trabalho e do fetichismo da mercadoria; em outras palavras, a solidariedade estaria condenada a um confinamento restrito às paredes da “empresa solidária”.
- b. dadas as condições atuais de concentração e centralização do capital, as iniciativas de economia solidária estariam condenadas ao gueto das áreas de ação em que o capital oligopolista não tenha, ainda, deitado suas extensas e fortes raízes; as condições de concorrência entre empresas solidárias e empresas tradicionais estariam condicionadas pela capacidade nitidamente

superior das empresas capitalistas em reproduzirem de forma ampliada o capital, em virtude justamente do processo de exploração de mais-valia, afora suas condições privilegiadas de disputa que são oriundas dos mecanismos de formação de oligopólios.

Segundo essa última perspectiva, portanto – e finalmente –, a economia solidária não faria mais que reeditar as ilusões do socialismo utópico do século XIX, denunciadas por Marx. Em outras palavras, a economia solidária, ao invés de produzir organização e luta política, tenderia a esvaziar seu potencial transformador na luta quotidiana da disputa de mercados (VAINER: 2000).

### **“Nem tanto ao mar, nem tanto à terra”**

Quando as grandes embarcações à vela precisavam fundear nas praias e o desembarque se fazia pelos escaleres, era necessário que o navio não ancorasse demasiado longe da terra, sob pena do transporte tornar-se exaustivo para os remadores e perigoso e incômodo para os transportados; por outro lado, uma aproximação excessiva trazia o risco do navio encalhar... Portanto, era necessário que a ancoragem não se fizesse “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”. Isto não significa que a “média” entre o mar e a terra fosse a melhor posição, pois não existe “média” entre o mar e a terra: cada ancoradouro, em cada parada, determina – por sua topologia – a melhor ancoragem.

A partir de nossa pequena metáfora, tentaremos sugerir uma síntese teórica que busque uma aproximação mais precisa do fenômeno da economia solidária no Brasil, ao mesmo tempo em que procuraremos sustentar nossa análise presente sobre o tema.

Se voltarmos à questão da gênese da economia solidária, parece inequívoco que seu surgimento e crescimento vêm na esteira da ampliação do desemprego e da reestruturação produtiva dos anos 80/90. A crise continuada das economias “emergentes”, a pauperização progressiva de grandes contingentes populacionais na África, Ásia e América Latina, o colapso do modelo de crescimento do Japão e as

indefinições e fracos desempenhos da “euro-economia” vêm colocando sob suspeita crescente as teses liberais, cuja hegemonia está em cheque.

Porém, o fato de que um número cada vez maior de agentes sociais (governos e ONGs) se ocupam da matéria, não resulta, certamente, de uma preferência pela autogestão às formas tradicionais de empreendimento. O desemprego e ausência do acesso ao crédito e ao conhecimento técnico obrigam os trabalhadores a unir esforços na luta pela sobrevivência diária. O que há de diferente é que há poucos anos isto era um fenômeno realmente tópico, e agora se massifica, ainda que seu impacto sobre o conjunto da economia não pareça significativo no momento atual.

A economia solidária, então, existe e caracteriza-se pelo estabelecimento de relações de trabalho e de propriedade distintas das relações tradicionais presentes em nossa sociedade, podendo ser definida, provisoriamente, como

“O conjunto das iniciativas econômicas orientadas para o mercado ou para a subsistência econômica, nas quais: (1) a propriedade dos meios de produção ou consumo, (2) o trabalho, (3) os rendimentos do trabalho, (4) o conhecimento (tecnológico / produtivo / de gestão) e (5) o poder de decisão sobre o negócio são compartilhados pelos agentes partícipes do empreendimento sob os princípios da igualdade e da solidariedade (autogestão)”.

Entretanto, suas iniciativas estão imersas num mercado dominado pelas relações sociais que elas rechaçam, ainda que em boa parte das vezes este rechaço resulte de experiências práticas (empíricas) e não de escolhas políticas ou ideológicas. Sua gênese, no Brasil, a distingue claramente das experiências européias, o que justifica sua designação diferente.

É possível também perceber que o eventual êxito econômico das iniciativas permite a incorporação – ao menos parcial – de milhares de trabalhadores que, de outra forma, estariam excluídos do trabalho e do consumo. Seu acesso ao mercado, por sua vez, pode (poderia) ampliar significativamente as trocas, rendendo dividendos para o conjunto da economia nacional. Mas também é forçoso admitirmos que as possibilidades de viabilidade e de sobrevivência dessas

iniciativas no mercado são estreitadas por uma capacidade muito reduzida de reprodução ampliada do capital. A concorrência entre iniciativas solidárias e empresas convencionais é difícil no ambiente atual de oligopolização mundializada. Tal consideração poderia sugerir que o “lugar” da economia solidária, então, são os nichos ainda não explorados pelo grande capital e que exigem ainda uma grande proporção de trabalho humano com poucas exigências de qualificação técnica, como – aliás – tem sido até aqui. Mas aí a questão torna-se outra, ou seja: por quanto tempo essas iniciativas sobreviverão até que a concorrência do grande capital lhes sentencie à morte?

Eis aí, finalmente a questão colocada. A economia solidária é um fenômeno econômico, sem dúvida. Eventualmente, pode haver projetos políticos que procurem explorar seu potencial transformador. Mas não se trata agora de “procurar um lugar para a economia solidária”: ela já achou o seu lugar e busca mover-se em meio à tormenta brava deste início de século XXI.

Trata-se aqui, então, da necessidade da ciência econômica estudar seus movimentos (da “tormenta do capitalismo” e da economia solidária) para perceber melhor suas possibilidades, a forma como transforma sua potência em atos.

Nos parece bastante claro que suas formas e estruturas encontram-se em flagrante contradição com a lógica capitalista da apropriação individual do trabalho e do produto do trabalho, o que significa colocá-la em contradição com as relações de mercado capitalistas (e apenas lembrando: contradição não é antagonismo, mas uma relação de confrontação e complementaridade ao mesmo tempo): a economia solidária nasce das relações de mercado e confronta-se com elas.

Porém, também é preciso lembrar que as contradições econômicas não produzem conflitos na esfera política, automaticamente. É bastante possível que a lógica do mercado seja incorporada crescentemente pelas iniciativas solidárias e estas, por sua vez, sejam transformadas – em sua estrutura, objetivos e métodos – pela lógica do mercado.

Mas, sobretudo, é importante perceber que há algo de muito novo em tudo isto. O “movimento” da economia solidária na América Latina e no Brasil, em especial, resulta de uma gênese específica e obedece a uma lógica muito distinta da Europa

e, sobretudo, da conjuntura que originou o cooperativismo ou o socialismo utópico do século XIX. Ela funde em sua experiência aspectos sociais, políticos e econômicos que vão além do discurso, apenas. A economia solidária move-se num cenário de crise continuada do capitalismo internacional – agravado aqui por suas condições periféricas – e cuja expectativa, ao menos para a análise de que compartilhamos, é que a atual situação se estruture como um padrão ou que se agrave, ainda que de forma lenta e progressiva. Portanto, ao contrário do cooperativismo clássico dos socialistas europeus dos séculos passados, o vento que sopra agora empurra à frente a nau da economia solidária, ao invés de deixá-la à deriva, como nessas épocas pregressas. Havia lá uma vontade política que não possuía bases objetivas onde se enraizar e era esta a crítica de Marx.

Para a economia solidária, no Brasil e na América Latina do nosso tempo, ao contrário, essas bases estão dadas. Resta saber qual vontade política será traduzida da experiência dos atores sociais, por eles próprios. O que é certo é que a economia solidária, por si, não é capaz de operar transformações de fundo nas estruturas de nossa sociedade. Por outro lado, suas contradições com as relações de mercado se ampliam e aprofundam à medida que o desemprego e a precarização do trabalho impelem a formação de novas iniciativas.

Por enquanto, pelo menos, nos cabe atentar ao fenômeno e analisá-lo de forma detida, com os pés no chão, em “terra firme”. Se quisermos estudar o navio em sua perspectiva, é melhor ancorá-lo de forma prudente nas nossas análises, isto é, nem tanto ao mar da negação preconceituosa, nem tanto à terra da adesão acrítica.

## Bibliografia

- AMADEO, Edward e ESTEVÃO, Marcello (1994). **A Teoria Econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec.
- ANTEAG (2000). **Autogestão – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho**. São Paulo: Anteag.
- ANTONI, Antoine (1997). **La Cooperación Ouvrière de Production**. Paris: Confederation Générale des Sociétés Coopératives Ouvrières de Production.
- ARVON, Henri (1980). **Que sais-je? L'Autogestion**. Paris: Presses Universitaires.
- AZEVEDO, Regina (1985). **A Produção Não Capitalista – uma Discussão Teórica**. Porto Alegre: FEE.
- BACIC, Miguel Juan, BALDEÓN, Nguyen Tufino e ALMEIDA, Camila (2004). *“Cooperativas populares induzidas pelo poder público: uma nova forma de empreendedorismo?”*. [www.itcp.unicamp.br](http://www.itcp.unicamp.br)
- CORAGGIO, José (1998). *“El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular”*. In: **Economía Popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local**. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS. Internet: <http://www.fronesis.org/public2.htm>.
- CORAGGIO, José (1997). *Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado*. In: **Proposta – Revista Trimestral de Debates**. São Paulo: FASE.
- CRUZ, Antonio e SILVA, Gabriela Scur (2001). *“Levantamento, Tipologia e Conceituação de Iniciativas de Economia Solidária: um Estudo de Caso – a Metade Sul do Rio Grande do Sul”*. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do RGS.
- CRUZ, Antonio (2002). *“Uma Contribuição Crítica às Políticas Públicas de Apoio à Economia Solidária”*. Internet: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)
- DAL RI, Neusa et alii (1999). **Economia Solidária**. São Paulo: Arte e Ciência.
- GAIGER, L. I.; BESSON, M.; LARA, F. e SOMMER, I (1999). **A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura, n.º 15. São Leopoldo: Unisinos.

- GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL (1999). **Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Porto Alegre: Governo do Rio Grande do Sul.
- GUIMARÃES, Gonçalo et alii (2000). **Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate**. São Paulo: Unitrabalho.
- HOFFMANN, Leandro (1997). **A Cruz e a Bandeira: a construção do imaginário dos Sem-terra do RS – 1981/87**. Dissertação de mestrado em história, UFRGS. Porto Alegre: fotocopiado.
- MATTOSO, Jorge et alii (1996). **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta.
- PENROSE, Edith (1962). **Teoria del Crecimiento de la Empresa**. Madrid: Aguilar.
- PINHO, Diva Benevides (1986). **Economia Informal, Tecnologia Apropriada e Associativismo**. São Paulo: IPE-USP.
- PIORE, Michael e SABEL, Charles (1984). **The Second Industrial Divide – Possibilities and Prosperity**. Nova York: Basic Books.
- POCHMANN, Márcio (1999). **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto.
- SIMÃO, Vilma (2000). **Desemprego e Sobrevivência – Alternativas de Trabalho**. Blumenau: Edifurb.
- SINGER, Paul (1997). *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo*. In: **Proposta – Revista Trimestral de Debates**. São Paulo: FASE.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.) et alii (2000). **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. SP: Contexto.
- VAINER, Carlos (2000). *Controle Político dos Miseráveis ou Utopia Experimental?* In **Unitrabalho Informa, Ano 3, n.º10**. São Paulo: Fundação Unitrabalho.